

# Três governadores depõem na CPI

■ João Alves, o governador, nega ter beneficiado currais de João Alves, o deputado

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento teve um sábado tenso e tumultuado, com o depoimento ontem de três governadores: João Alves Filho (PFL), de Sergipe, Edison Lobão (PFL), do Maranhão, e Joaquim Roriz (PP), do Distrito Federal, todos citados pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos como conhecedores do esquema de manipulação de verbas públicas no Orçamento. O primeiro a ser ouvido foi João Alves Filho, que tentou explicar a liberação de US\$ 3,9 milhões em subvenções sociais, em 1989, quando era ministro do Interior. Ele beneficiou prefeituras baianas ligadas aos deputados João Alves (sem partido) e Genebaldo Correia (PMDB). No depoimento, Alves negou que tenha liberado recursos públicos para favorecer municípios ligados ao relator do orçamento.

O depoimento começou com duas horas de atraso e com o primeiro tumulto do dia. O governador vetou a presença do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) entre seus inquiridores, alegando que o parlamentar é do mesmo partido de seu maior adversário políti-

co no estado, o prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, do PDT. "Não admito uso político do meu depoimento", disse Alves. Vivaldo não é titular da comissão e não estava na lista entregue ao governador pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). Segundo o senador Garibaldi Alves Filho (PFL-RN), que coordenou o depoimento de ontem, João Alves não tem problemas com sua movimentação bancária, que foi de US\$ 333 mil em cinco anos. O problema do governador, de acordo com o senador, está nas subvenções sociais e no credenciamento polêmico do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) para tratar de assuntos do orçamento junto ao seu ministério, no governo Sarney.

Aparentando tranqüilidade, Alves lembrou que nunca resistiu a depor na CPI. "Desde outubro me coloquei à disposição para falar toda a verdade", disse. Alves afirmou que a CPI é "um instrumento de maturidade democrática" e negou que tenha procurado o deputado João Alves, então relator do Orçamento, com segundas intenções.

Brasília — Arnaldo Schultz



João Alves (D) depõe no escritório de Sergipe em Brasília